

RORAIMA COMO UMA DAS GUIANAS: o vale do Rio Branco e a “Ilha da Guiana”^{1,2}

RORAIMA AS PART OF THE GUYANAS: Rio Branco Valley and the “Guyana Island”

RORAIMA COMO UMA DE LAS GUYANAS: la cuenca del Rio Branco y la “Isla de Guayana”

ANDRÉ AUGUSTO DA FONSECA

Doutorando em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Professor do Curso de História da Universidade Estadual de Roraima (UERR)

Boa Vista, Roraima, Brasil

andreaugfonseca@gmail.com

Resumo: Este artigo discute as razões para que os estudos históricos sobre a bacia do Rio Branco (correspondente ao atual estado brasileiro de Roraima) levem em conta as suas relações com o espaço mais amplo das Guianas. Embora as fontes coloniais luso-brasileiras raramente denominem a fronteira setentrional como “Guiana Portuguesa”, o topônimo desde muito cedo foi usado por estrangeiros e pela cartografia internacional para referir-se à região, sempre que ela era objeto de confrontação com as áreas controladas pelas demais potências coloniais (Espanha, França, Holanda e, mais tarde, a Inglaterra). Os europeus inteiraram-se das redes relacionais interétnicas do espaço das Guianas, interferindo no quadro de alianças e rivalidades locais. A história colonial do vale do Rio Branco se define pela disputa geopolítica e estratégica de Portugal com os competidores europeus nesse espaço. Os sucessivos tratados entre as metrópoles e, posteriormente, os Estados Nacionais foram modificando as configurações e relações sociais e étnicas na região. O Congresso de Viena (1815), contemporâneo das guerras de Independência na América Latina, encerrou um ciclo de conflito global entre França e Inglaterra e ratificou a nova correlação de forças entre as potências coloniais na ilha das Guianas, mas não encerrou os litígios territoriais. Além de impor a devolução de Caiena à França (e intervir na questão de fronteiras com a América Portuguesa), sancionou uma mudança indelével na região: a transferência das antigas colônias holandesas de Demerara, Essequibo e Berbice, para a soberania britânica.

Palavras-chave: Brasil colonial. Brasil - Tratados Internacionais. Amazônia colonial. Guianas - História.

Abstract: This paper discusses why historical studies on the basin of the Branco river (corresponding to the current Brazilian state of Roraima) should take in account its relations with the wider space of the Guyana. Although the Luso-Brazilian colonial sources rarely denominate the northern border as "Portuguese Guyana ", this toponym was used since an early age by foreigners and by international cartography to refer to the area where it was opposed to zones controlled by other colonial powers (Spain, France, Holland and later England). Europeans were aware of interethnic relational networks of the Guyana space, interfering in the framework of alliances and local rivalries. The colonial history of the Branco river Valley is defined by geopolitical and strategic disputes between Portugal and the European competitors in that space. Successive treaties between the colonial powers and subsequently the National States gradually modified the social and ethnic relations and settings in the region. The

¹ Artigo submetido à avaliação em agosto de 2015 e aprovado para publicação em novembro de 2015.

² O presente artigo é uma versão corrigida e ampliada da Mesa “Between Oiapoque and Amazonas: The dream of Portuguese Guiana”, integrada pelo Prof. Dr. Reginaldo Gomes Oliveira (Universidade Federal de Roraima - UFRJ) e pelo autor deste artigo. Essa mesa integrou o *International Seminar The History of the Guianas. Is Roraima the 11th Guiana?*, ocorrido na Universidade Federal de Roraima em 23 de abril de 2015. Reginaldo Gomes de Oliveira, que propõe o conceito de “Amazônia Caribenha”, é o mais conhecido pesquisador e divulgador, em Roraima, das relações entre o Vale do Rio Branco e o conjunto da região das Guianas, do século XVI até o presente.

Congress of Vienna (1815), contemporary of independence wars in Latin America, ended a cycle of worldwide conflict between France and England and ratified the new correlation of forces between the colonial powers on the island of Guyana, but did not end the territorial disputes. In addition to imposing the return of Cayenne to France (and intervene on the issue of borders with Portuguese America), signed an indelible change in the region: the transfer of the former Dutch colonies of Demerara, Essequibo and Berbice to British sovereignty.

Keywords: Colonial Brazil. Brazil - International Treaties. Colonial Amazon; Guianas - History.

Resumen: Este artículo analiza por que los estudios históricos de la cuenca del Río Branco (correspondiente al actual estado brasileño de Roraima) deben tener en cuenta sus relaciones con el espacio más amplio de las Guayanas. Aunque las fuentes coloniales luso-brasileñas raramente denominan la frontera norte como "Guiana Portuguesa", el topónimo desde muy temprano fue empleado por los extranjeros y por la cartografía internacional, en relación con las zonas guayanesas controladas por otras potencias coloniales (España, Francia, Holanda y más tarde Inglaterra). Los europeos se interaron de las redes relacionales interétnicas del espacio de las Guayanas y se introdujeron en el marco de alianzas y rivalidades locales. La historia colonial del Valle del río Branco se define por disputa geopolítica y estratégica entre Portugal y los competidores europeos en ese espacio. Tratados sucesivos entre las metrópolis y posteriormente los Estados Nacionales fueron modificando la configuración y las relaciones sociales y étnicas en la región. El Congreso de Viena (1815), contemporáneo de las guerras de independencia en América Latina, terminó un ciclo de conflictos globales entre Francia e Inglaterra y ratificó la nueva correlación de fuerzas entre las potencias coloniales de la isla de Guyana, pero no puso fin a las disputas territoriales. Además de imponer el regreso de Cayenne a Francia (e intervenir en la cuestión de las fronteras con la América portuguesa), firmaron un cambio indeleble en la región: la transferencia de las antiguas colonias holandesas de Demerara, Essequibo y Berbice a la soberanía británica.

Palabras clave: Brasil colonial. Brasil - Tratados Internacionales. Amazon colonial. Guayana - Historia.

O atual estado de Roraima apresenta uma trajetória histórica atípica no Brasil. A bacia do Rio Branco (que corresponde a 80% da superfície do estado)³ não teve cidades ou vilas fundadas no período colonial, nem uma economia de *plantation* agroexportadora. Consequentemente, não teve um histórico de escravidão africana, embora sua demografia tenha sido devastada pelas expedições de “resgate” que, partindo de Belém e São Luís, batiam o sertão amazônico com a finalidade de escravizar em massa as populações nativas, do século XVII ao XVIII. Como na maior parte da região ao norte do rio Amazonas, as etnias ali predominantes não são das famílias Tupi e Macro-Jê, mas sim das famílias Karib e Arawak. Nesse sentido, as interações (rivalidades, alianças, trocas e serviços rituais, culturais e materiais) dos ameríndios do Rio Branco com os demais povos da Ilha das Guianas⁴ eram

³ Além de abrigar hoje 90% da população roraimense Cf. CAMPOS, C. *Diversidade socioambiental de Roraima: subsídios para debater o futuro sustentável da região*. 2. ed. São Paulo: ISA - Instituto Socioambiental, 2012.

⁴ Denominamos, aqui, de Ilha das Guianas (ou, mais simplesmente, de Guianas), a região compreendida entre o rio Negro, o canal do Caciquiare, o rio Amazonas e o oceano Atlântico, ou seja, a Guiana Francesa, o Suriname,

muito intensas. Da mesma forma, a barreira linguística era mais áspera para os agentes da coroa, missionários e empreendedores privados coloniais luso-brasileiros, que geralmente eram versados, no máximo, na Língua Geral Amazônica, derivada do tupinambá falado no litoral paraense⁵. Qualquer leitor ou estudioso dos relatos de viagem, correspondência oficial e outras fontes desses séculos, referentes à parte portuguesa da Ilha das Guianas, está familiarizado com as referências constantes na época às dificuldades impostas à colonização e ao aproveitamento econômico, às tensões fronteiriças, a uma circulação de povos indígenas independentes, de europeus renegados ou desertores e mercadorias que escapavam ao controle das autoridades coloniais, e à oscilação das lealdades políticas entre povos indígenas e colonialismos europeus. Como explicam Queiroz & Gomes, referindo-se à porção oriental da Guiana Portuguesa, essas ações, escolhas e estratégias dos mais diversos sujeitos “redefiniram o colonial”, como agentes ativos de sua história⁶.

Embora o Vale do Rio Branco integre o bioma Amazônico e seu desenvolvimento histórico faça parte, obviamente, dos processos socioculturais, econômicos e políticos do norte do Brasil, cuja especificidade é bem conhecida⁷, recentemente alguns historiadores têm chamado a atenção para as singularidades da parte mais setentrional da Amazônia e para as fortes relações entre ela e o conjunto das Guianas⁸. Mesmo trabalhos acadêmicos pioneiros de síntese sobre Roraima⁹ ou sobre sua história colonial¹⁰ já procuravam interpretar a história e a geografia humana desse estado sublinhando suas relações com a República da Guiana e a Guayana (sudeste da Venezuela, equivalendo hoje ao Estado Bolívar).

a República Cooperativista da Guiana, a Venezuela a sudeste do rio Orenoco e o Brasil ao norte dos rios Negro e Amazonas (estados de Roraima e Amapá e partes do Amazonas e Pará). Na Venezuela, a região conhecida como *Guayana* foi nos tempos coloniais uma unidade administrativa subordinada a Caracas. Já a Guiana Portuguesa nunca foi uma unidade administrativa separada (o mais próximo disso foi a criação da Capitania privada do Cabo Norte, confiada a Bento Maciel Parente no século XVII). Na língua inglesa, ALEMÁN, S.; WHITEHEAD, N. *Anthropologies of Guayana: cultural spaces in northeastern Amazonia*. Tucson: The University of Arizona Press, 2009, esclarecem que *Guyana* é o país que resultou da independência da Guiana Inglesa em 1966; *Guianas* seriam apenas os enclaves coloniais do sudeste da América do Sul (Guianas Holandesa, Francesa e Inglesa); *Guayana* seria o conjunto formado por essas *Guianas* mais as partes do Brasil e da Venezuela entre os rios Orenoco e Amazonas.

⁵ FREIRE, J. R. *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia*. 2. ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.

⁶ QUEIROZ, J. M.; GOMES, Flávio. *Amazônia, fronteiras e identidades: reconfigurações coloniais e pós-coloniais (Guianas – séculos XVIII-XIX)*. *Lusotopie*, Paris, v. 1, p. 25-49, 2002.

⁷ CARDOSO, C. F. *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

⁸ IFILL, M.; OLIVEIRA, R. G. *Dos caminhos históricos aos processos culturais entre Brasil e Guyana*. Boa Vista: Editora da Universidade Federal de Roraima, 2014; CRUZ, O. S.; HULSMAN, L. *A brief history of the Guianas: from Tordesillas to Vienna*. Boa Vista: Editora da Universidade Federal de Roraima, 2014; OLIVEIRA, R. G.; JUBITHANA-FERNAND, A. I. *Dos caminhos históricos aos processos culturais entre Brasil e Suriname*. Boa Vista: Editora da Universidade Federal de Roraima, 2014.

⁹ BARROS, N. C. *Roraima: paisagens e tempo na Amazônia Setentrional*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1995.

¹⁰ FARAGE, N. *As muralhas dos sertões*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

Do ponto de vista geológico, o Vale do Rio Branco é, de pleno direito, parte das Guianas, vale dizer, do Escudo das Guianas¹¹, um cráton ou formação muito antiga resultante de dobramento ocorrido a partir de 3 bilhões de anos antes do presente¹², abrangendo a maior parte da superfície da Ilha das Guianas. No entanto, ao contrário dos rios da Guiana, do Suriname e da Guiana Francesa (que desaguam no litoral atlântico, no nordeste da América do Sul), o Rio Branco corre para o sul, em direção ao rio Negro, assim como o Trombetas e o Jari fluem para o Amazonas. A faixa central montanhosa do Escudo das Guianas, com altitudes que chegam a ultrapassar os 2700m (Monte Roraima) e mesmo os 3000m (Pico da Neblina) que é o divisor de águas que serve de baliza para a maior parte da fronteira entre Brasil e os países do nordeste do continente.

Essa geomorfologia resulta em rios tipicamente encachoeirados e com sérias dificuldades de navegação em direção ao interior da Ilha das Guianas. Esse fato, aliado à presença de densas florestas equatoriais, ajuda a explicar a forte concentração da população das *plantations* e da população colonial na estreita faixa de planícies litorâneas, tanto no Suriname, Guiana Francesa e Pará quanto nas colônias que formaram a Guiana Britânica no século XIX (hoje a República Cooperativista da Guiana) – de cuja população, até o final do século XX, 90% se concentravam no litoral¹³. Dessa geomorfologia seguiu-se, em contrapartida, a inacessibilidade de grandes áreas, que se tornaram propícias para muitos povos ameríndios se manterem independentes por muito tempo ou para abrigar as grandes comunidades de quilombolas (no rio Trombetas, por exemplo) ou de *maroons* no sul do Suriname.

Na segunda metade do século XVIII, tal configuração geográfica não era ignorada por europeus cultos e interessados pelo chamado Novo Mundo. Assim como o Brasil era visto em grande parte da cartografia colonial como uma ilha¹⁴, também a Guiana era tida como uma

¹¹ No idioma espanhol, *Escudo guayanés*, *Macizo Guayanés* ou *Guayana*; *Guiana Shield* ou *Guiana Highlands* em inglês, *Plateau des Guyanes* em francês, *Hoogland van Guyana* em holandês.

¹² FERREIRA, E. *Rio Branco*: peixes, ecologia e conservação de Roraima. [S.l.]: INPA/ Amazon Conservation Association, 2007, p. 22-37.

¹³ BARROS, op. cit., p. 8.

¹⁴ “Na primeira metade do século XVI, entre 1527 e 1543, João Afonso, piloto português, a serviço da França, fala, nas suas obras, da existência duma Ilha-Brasil, tão perfeitamente rodeada pelo Amazonas e Prata, os quais se ligavam por um grande lago, que se podia navegar e já se tinha navegado, respectivamente, da foz dum para a do outro. Dessa forma, a concepção duma Ilha-Brasil, rodeada pelo oceano e por dois grandes rios, unidos por um lago, tão vulgar na cartografia desde a segunda metade do século XVI, aparece primeiro, ao que supomos, na literatura geográfica. [...] a este conceito pouco mais vem posteriormente acrescentar-se. Ele nasce, desde logo, como definição de um Estado, perfeitamente delimitado. Desde a sua origem, a Ilha-Brasil é uma criação política.” CORTESÃO, Jaime. História da cartografia política no Brasil. Curso dado no Instituto Rio Branco, em 1945, mimeog., apud ADONIAS, I. *A cartografia da região amazônica*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Pesquisa/ Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1963.

grande massa insular¹⁵. Uma carta do jesuíta Bento da Fonseca, inserta na edição dos Anais Históricos do Maranhão, de Berredo, pede créditos à Companhia de Jesus pela descoberta da ligação fluvial entre o Negro e o Orenoco, que resulta em uma linha de água em volta de toda a “Ilha das Guianas”:

No anno de 1739 se soube, que o rio Negro se comunicava com o rio Orinoco, por Cartas que escreverão os Padres Missionarios da Companhia de Jesus, da Provindia do novo Reino de Granada, ao R. P. Achilles Maria Avogadro, da minha Companhia, e da Provincia do Maranhão, que se achava no dito rio Negro descendo, e praticando Indios à nossa santa Fé, e examinando outros, que os Portugueses resgatavão no dito rio por escravos. Por estas Cartas, e com esta ocasião se soube, que o rio Negro tem perto de três mezes de viagem navegável, que desce do Poente para o Nascente quase paralelo ao rio das Amazonas, que por hum braço se comunica com o rio Orinoco, e que do Pará se pode por rios, e por agua, sem por pé em terra, subir, e descer até a Cidade de Guayanna, e Ilha da Trindade, que lhe fica fronteira; ficando certo, que todo o continente de Guayanna fica sendo huma Ilha cercada do mar, e dos rios Amazonas, Negro, e Orinoco¹⁶.

A partir da expedição do notório Walter Raleigh, que propagandeou a suposta riqueza da Guiana e de Manoa de Eldorado, a cartografia europeia delimita uma região “Guiana”, entre o Orenoco e o Amazonas (como no mapa do próprio Raleigh, possivelmente de 1595¹⁷, e de De Bry em 1599¹⁸). Os mapas de Pierre Du-Val, de 1664 e 1679, já mostravam a “Guaiana” como uma ilha delimitada pelos rios Orenoco, Negro e Amazonas, com a Manoa do Eldorado ao centro, no que corresponderia aproximadamente ao atual estado de Roraima¹⁹. O célebre mapa de D’Anville da América Meridional, em uma versão inglesa de 1787²⁰, oferecia uma representação das Guianas e da Amazônia. Na versão original de 1748²¹, elaborado em colaboração com o diplomata português Dom Luís da Cunha – um dos

¹⁵ ALEMÁN; WHITEHEAD, op. cit.

¹⁶ BERREDO, B. P. *Annaes historicos do Estado do Maranhão em que se dá notícia do seu descobrimento e tudo o mais que nelle tem sucedido desde o anno em que foy descuberto até o de 1718*. Lisboa: Officina de Francisco Luiz Ameno, 1749, pp. 24-25. La Condamine, em 1745, divulgou à comunidade científica francesa que a ligação entre o Negro e o Orenoco era uma certeza, pondo fim às dúvidas levantadas por vários cartógrafos e mesmo por GUMILLA, Joseph. *El Orinoco ilustrado*. Madri: Manuel Fernandez, 1745. Aliás, o mapa de La Condamine mostra a Guiana dividida em Holandesa, Francesa e Portuguesa, ver LA CONDAMINE, C. M. de. *Viagem pelo Amazonas, 1735-1745*. São Paulo: EDUSP, 1992.

¹⁷ Disponível em http://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~203953~3001740:Facsimile--Chart-of-Guiana-by-Ralei?sort=pub_list_no_initialsort%2Cpub_date%2Cpub_list_no%2Cseries_no

¹⁸ Veja-se em http://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~203959~3001742:Facsimile--Guiana-by-de-Bry-?sort=pub_list_no_initialsort%2Cpub_date%2Cpub_list_no%2Cseries_no

¹⁹ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Obras do Barão do Rio Branco II* : questões de limites Guiana Inglesa. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

²⁰ http://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~3667~430014?qvq=q:D%27Anville;sort:pub_list_no_initialsort,pub_date,pub_list_no,series_no;lc:RUMSEY~8~1&mi=55&trs=373

²¹ Disponível em <http://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~4428~410017:-Composite-of--Amerique-Meridionale>

artífices do Tratado de Madri²², as Guianas aparecem como uma região partilhada entre Espanha, Holanda, França e Portugal.

O mapa de Isaac Tirion intitulado *Guajana of den Wilden-Kust*, de 1767, mostra uma *Guajana* espanhola, uma holandesa, uma francesa e uma portuguesa, da bacia do Rio Branco à foz do Amazonas²³. O mesmo acontece no mapa da *Nouvelle Grenade, Caracas et Guyanes*, de Pierre Lapie²⁴. O mapa do Brasil de Arrowsmith mostra igualmente uma “Guiana Portuguesa” nessa mesma faixa territorial²⁵, assim como inúmeros mapas do século XIX mostrarão ali uma Guiana Brasileira²⁶. No início do século XX, a 11ª Edição da Enciclopédia Britânica, no verbete Guiana, fala sobre as controvérsias a respeito da origem do topônimo “Guiana” e dos limites da Guiana Venezuelana (antiga espanhola), Brasileira (antiga portuguesa, do Rio Negro a Macapá), Francesa, Holandesa e Inglesa²⁷.

No entanto, ao contrário da cartografia produzida pelos europeus do norte, as fontes luso-brasileiras até o final do século XVIII muito raramente denominam a fronteira norte como Guiana Portuguesa. Afinal, o território que poderia ser considerado como a Guiana Portuguesa – e, mais tarde, Guiana Brasileira –, compreendendo os atuais estados de Roraima e Amapá, bem como o norte do Amazonas e do Pará, não chegou a ter uma funcionalidade própria. Sua população era escassa, sua importância econômica do ponto de vista colonial ou nacional era pouco significativa e, mais ainda, os estabelecimentos coloniais situados geograficamente na Guiana Portuguesa – Macapá, Vila Vistosa e Mazagão, Forte São Joaquim e aldeamentos anexos da fronteira do Rio Branco, bem como os fortes de Pauxis (Óbidos) e Barra do Rio Negro (Manaus), Serpa, Silves, Almeirim, Alenquer, Espozende e Arraiolos²⁸, na margem esquerda do rio Amazonas – não formavam um eixo dotado de autonomia ou coerência própria mas, pelo contrário, vinculavam-se a outros centros político-administrativos e econômicos, como Belém ou Barcelos. As preocupações de um comandante no forte São Joaquim, no alto Rio Branco, certamente diziam respeito às relações com os

²² FURTADO, J. F. Guerra, diplomacia e mapas: a guerra da Sucessão Espanhola, o Tratado de Utrecht e a América portuguesa na cartografia de D'Anville. *Topoi*, v.12, n.23, p. 66-83, jul/dez. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237101X2011000200066&lng=pt&nrm=iso
Acesso em: 15 abr. 2015.

²³ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. op. cit.

²⁴ Disponível em <http://www.banrepcultural.org/agua/galeria-mapas.html>.

²⁵ Disponível em <http://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~2764~270037:Brazil,-By-J--Arrowsmith---Map--49->.

²⁶ Por exemplo, http://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~235403~5510464:Map-of-New-Granada,-Venezuela,-and-?sort=pub_list_no_initialsort%2Cpub_date%2Cpub_list_no%2Cseries_no

²⁷ disponível em <http://eb.tbicl.org/guiana/>.

²⁸ No período de vigência do chamado “Diretório dos Índios” (1757-1798), que regulamentava as reformas pombalinas na Amazônia, dezenas de aldeamentos missionários no Estado do Grão-Pará e Maranhão foram elevados a Vilas e Lugares, recebendo nomes de cidades portuguesas.

povos indígenas da bacia do Rio Branco e com as potências coloniais vizinhas – os espanhóis e os holandeses – mas dificilmente ele ocuparia sua mente com os problemas da fronteira com a distante Guiana Francesa. Da mesma forma, os moradores e a Câmara de Macapá não se envolviam com as questões da fronteira do Rio Negro e do Rio Branco. A ideia de uma Guiana Portuguesa que ia do Cabo Norte e do Oiapoque até o Rio Negro e o Cassiquiare fazia sentido para cartógrafos que precisavam diferenciar os domínios de cada potência europeia, mas não tanto para o cotidiano dos moradores e das autoridades locais. Por isso mesmo, é comum encontrarmos referências à Guiana Brasileira como se ela se limitasse ao atual estado do Amapá ou, com menos frequência, ao atual estado de Roraima²⁹.

Podemos nos perguntar então sobre a operacionalidade ou a justificativa para o conceito de Guiana Portuguesa (ou Guiana Brasileira). As três únicas fontes luso-brasileiras do período colonial encontradas por mim, até o momento, que chamam a fronteira norte de Guiana Portuguesa usam o termo justamente em oposição às “outras” Guianas. Trata-se de duas petições sem data, mas presumivelmente de 1797³⁰, requerendo pagamentos atrasados³¹ a militares a serviço da Coroa na fronteira da Guiana Portuguesa, e um pedido de transferência de militar³². Os três documentos ligam-se ao Sargento-mor Engenheiro José Simões de Carvalho, “empregado nas Demarcações de São José do Rio Negro”, matemático, geógrafo, autor de cartas do Rio Branco, do Japurá e de outras fronteiras, tido como homem experimentado naqueles sertões e posteriormente (1805) designado governador interino da capitania do Rio Negro³³, falecendo antes de tomar posse. Como profissional da Geografia, é possível que Carvalho chame a região de Guiana Portuguesa mais em decorrência de sua presumível familiaridade com a cartografia estrangeira do que como reflexo de um uso corrente da expressão entre os luso-brasileiros.

²⁹ RICE, H. *Exploração na Guiana brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

³⁰ [Ca. 1797] REQUERIMENTO do sargento-mor do Real Corpo de Engenheiros empregado nas Demarcações de São José do Rio Negro, dr. José Simões de Carvalho, para a rainha [D. Maria I], solicitando o pagamento das suas comedorias em atraso relativas a expedição que comandou à fronteira da Guiana Portuguesa para regressar ao Estado do Pará onde serve desde 1780. AHU- Rio Negro, Cx.20, doc.55 (n.v.) AHU_CU_013, Cx. 111, D. 8665.

³¹ [Ca. 1797] REQUERIMENTO dos oficiais militares do Regimento do Estado do Pará empregados na Expedição à fronteira da Guiana Portuguesa, para a rainha D. Maria I, solicitando o pagamento de comedorias em atraso aos alferes Manuel Filipe e Gregório José Rodrigues Chaves e ao tenente Francisco Xavier de Azevedo. AHU- Rio Negro, cx.20, doc.55 (n.v.) AHU_CU_013, Cx. 111, D. 8667.

³² [Ant.1798, Outubro, 19] REQUERIMENTO do soldado graduado da 1ª Divisão de Artilheiros Marinheiros da Brigada Real, Francisco Simões, para a rainha [D. Maria I], solicitando a sua incorporação ao Regimento de [São José do] Macapá, [...] de modo a poder acompanhar o seu irmão, o tenente coronel do Corpo de Engenheiros e comandante da Divisão na fronteira da Guiana portuguesa [José Simões de Carvalho]. AHU_CU_013, Cx. 113, D. 8791.

³³ OFÍCIO do [governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro] 8º conde dos Arcos [D. Marcos de Noronha e Brito], para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar] visconde de Anadia [D. João Rodrigues de Sá e Melo] AHU_CU_013, Cx. 133, D. 10145.

Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador e capitão-general do Grão-Pará, em meados do século XVIII, utilizava o topônimo Guiana para se referir à parte espanhola (a Guayana, o território ao sul do Orenoco)³⁴. No final do século XIX e início do XX, o termo aparece com naturalidade nas Memórias elaboradas para resolver as questões de limites do Brasil com o Reino Unido e com a França, na região das Guianas. Então, mais uma vez, o termo fazia sentido por oposição às “outras” Guianas.

No entanto, não apenas a cartografia e a Geologia reconhecem a Ilha das Guianas como uma região distinta, incluindo Roraima. Também para a Antropologia, pelo menos desde o Handbook e da divisão de áreas culturais de Eduardo Galvão³⁵, ela representa uma zona com características próprias, que a diferenciam de outras partes da América do Sul, ainda que a natureza das singularidades socioculturais dos povos das Guianas seja objeto de um aceso debate entre os especialistas³⁶.

O Rio Branco sempre foi um dos caminhos mais importantes das redes de trocas na Guiana Ocidental, tanto no período pré-colonial quanto no período colonial³⁷. Mesmo hoje, oito dos povos indígenas existentes em Roraima são transfronteiriços, testemunhos das fortes e ancestrais conexões entre os povos da Ilha das Guianas. Tanto comunidades ameríndias deslocam-se e relacionam-se com seus parentes de um e outro lado das fronteiras nacionais³⁸ quanto não-índios circulam intensamente em busca de oportunidades (como por exemplo os brasileiros nos garimpos das Guianas e da Venezuela).

O meio social amazônico é resultado de intensas e radicais transformações e recomposições de sistemas políticos que, mesmo antes da chegada dos europeus, não desconheciam relações de poder hierárquicas. A documentação produzida pelas diferentes potências europeias desde o século XVI revela, na região entre o Orenoco, o Negro, o

³⁴ Carta ao padre Bento da Fonseca, S.J., datada de Mariuá (Barcelos) em 13 de outubro de 1756, ver MENDONÇA, M. C. *A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759*. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2005.

³⁵ MELATTI, J. C. *Áreas etnográficas da América Indígena*. 2011. Disponível em: <http://www.julielatti.pro.br/areas/00areas.htm>. Acesso em: 10 abr. 2015.

³⁶ RIVIÈRE, P. *O indivíduo e a sociedade na Guiana: um estudo comparativo da organização social ameríndia*. São Paulo: Edusp, 2001; GRUPIONI, D. F. The Guayanese Paradox. In: ALEMÁN, S. W.; WHITEHEAD, N. L. *Anthropologies of Guayana: cultural spaces in Northeastern Amazonia*. Tucson: The University of Arizona Press, 2009. p. 102-123.

³⁷ DREYFUS, S. Os empreendimentos coloniais e os espaços políticos indígenas no interior da Guiana Ocidental (entre o Orenoco e o Corentino) de 1613 a 1796. In: CASTRO, E. C. Viveiros de. *Amazônia: etnologia e história indígena*. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP; FAPESP, 2003; FARAGE, N. *Rebellious memories: the Wapishana in the Rupununi Uprising, Guyana, 1969*. In: WHITEHEAD, N. L. *Histories and historicities in Amazonia*. Lincoln: University of Nebraska Press, 2003. p. 107-122.

³⁸ FARAGE, N. *Rebellious memories: the Wapishana in the Rupununi Uprising, Guyana, 1969*. In: WHITEHEAD, N. L. *Histories and historicities in Amazonia*. Lincoln: University of Nebraska Press, 2003. p. 107-122.

Atlântico e o Amazonas, vastas redes políticas indígenas estruturadas “horizontalmente” pelo entrecimento de grupos locais, pela circulação de pessoas, de bens e de valores, através de guerras ritualizadas, e em função da extensão flutuante das parentelas e clientelas de “homens eminentes”, *big men* ameríndios³⁹. Holandeses, portugueses e espanhóis inteiraram-se dessas redes e, com diferentes graus de sucesso, procuraram valer-se delas, influenciá-las ou modificá-las para atender a suas próprias demandas de escravos ou de mercados consumidores de manufaturados europeus.

Disso sabiam muito bem as autoridades coloniais em toda parte, como por exemplo o governador e capitão-general João Pereira Caldas, que em agosto e dezembro de 1784 precisou escrever ao governador da fortaleza de São Joaquim, no Rio Branco, para orientar sobre como proceder diante da entrada de traficantes de escravos holandeses nos domínios portugueses:

Em 9 de agosto de 1784 – Sobre os pretos Holandeses, denunciados pelo Principal Suruvuraimé, que, assistido de Índios Caripunas, constou andarem por ahi fazendo escravos, sendo infelizmente algumas das sobreditas desertadas pessoas, fez Vme. Muito bem em procurar apprehendel-as, posto que assim se não conseguisse, por se haverem ultimamente retirado; e se bem que em casos semelhantes se deve obrar da mesma forma, remetendo-se para aqui presas quaisquer pessoas d’aquella nação achadas em tão péssima negociação; com tudo, com os Índios Caripunas haverá o maior cuidado de se não escandalizarem, para como nação numerosa e mais resoluta a não voltarmos nossa inimiga, fazendo-se antes o possível pela reduzir, e ao menos pela não escandalizarmos.⁴⁰

Espaço de mobilidade, instabilidade, indefinição, trânsito, a fronteira tem nos “desertores” personagens de destaque. São homens negros que, segundo os portugueses, aparecem ali aliciando escravos – possivelmente, comprando-os dos “caripunas”. Vê-se que mesmo a construção do Forte São Joaquim em 1776 não pôs fim à permeabilidade da fronteira: o poderoso capitão-general orienta o comandante daquela fronteira a não escandalizar a “numerosa” e “resoluta” nação caripuna – que, meses depois, aparece na correspondência novamente como sujeito histórico ativo que, assim como o Principal (liderança indígena) Suruvuraimé, escolhia suas alianças:

Em 21 de Dezembro de 1784 – Como, segundo o que o Cabo de Esquadra me diz, da paragem em que encontrou aquelle estrangeiro, sendo entre as serras visinhas ao rio Rupunury, e ali em uma povoação dos Índios Caripunas, mais afeiçoados dos Holandeses, que nossos, pôde entrar em dúvida que tal districto ao Domínio Portuguez pertença; atendendo eu a esta circunstância, e a que o mencionado sujeito

³⁹ DREYFUS, op. cit., p. 19-20.

⁴⁰ REVISTA INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, t. 4, p. 503, 1842. Trimestral.

ainda nenhum escravo tinha adquirido, [...] tenho comtudo resolvido que o sobredito Hollandez, com os dois índios que o acompanharam, sejam repostos no mesmo districto, e que d'alli da paragem mais commoda se façam precisamente embarcar, e seguir rio abaixo, de modo que não fiquem demorados, e em termo de se continuar o intentado negocio, que convém embaraçar, e toda a nociva practica, em conformidade do que tenho advertido a Vm., e lhe torno muito a recomendar; mas porém, aquellas apprehensões só se fazem vindo e entrando taes Contractadores dentro dos reconhecidos districtos portuguezes, como quando respondi sobre os pretos deixei bastantemente perceber a Vmc. Deus guarde a Vmc.⁴¹

Nesse sentido, pensar a fronteira da Guiana Portuguesa no século XVIII é considerar questões de instabilidade e insegurança fronteiriça. Na parte oriental, a preocupação constante dos portugueses era com uma possível invasão francesa e o incipiente estabelecimento de franceses na região do Araguari, no Macapá. Em 1791, moradores da região diziam ouvir “tiros de artilharia, vozes [...] inattendiveis [...]”⁴². A preocupação das autoridades coloniais ali ultrapassava a mera possibilidade de invasão de domínios portugueses, atingindo também temores ideológicos, como a possibilidade de “introduzir-se por aquella vizinhança, aquelle maligno Espirito Vertiginoso, que os tem desgraçadamente consumido”⁴³, ou seja, o medo de que os ideais revolucionários franceses de liberdade chegassem ao domínio português e, portanto, ao conhecimento dos seus escravos.

Mas obviamente não foi possível controlar o ideal de liberdade para os escravos que viviam nos domínios portugueses, e a formação de mocambos na fronteira oriental foi uma constante. A região do Amapá não era o único local de mocambos, mas era um dos principais focos de formação e que as fugas se davam, principalmente, de escravos portugueses para Caiena. Índios também viviam a experiência de se amocambar, sendo possível encontrar mocambos somente de índios e de índios vivendo junto com negros⁴⁴.

Do lado francês também existiam fugitivos. Soldados de Caiena fugiam para o Suriname em situações de “fome, de castigos e de falta de pagamentos de soldos”, e por esse crime eram sujeitos à pena de morte, mas como os holandeses faziam a devolução deles e pediam um pagamento em troca, nessa situação, era mais difícil executar a sentença capital já que havia um custo financeiro para a devolução deles.⁴⁵

Eram comuns as fugas de escravos franceses para os domínios portugueses (tanto pelo rigoroso tratamento de seus proprietários quanto pela falta de alimentação que deveria

⁴¹ Ibid., p. 504.

⁴² Carta de Francisco de Souza Coutinho, 1792, transcrita em GOMES, F. S.; QUEIROZ, J. M.; COELHO, M. C. *Relatos de fronteiras: fontes para a História da Amazônia séculos XVIII e XIX*. Belém: Editora da UFPA, 1999. p. 95. Agradeço a Kézia Lima (UFRR) por ter chamado a minha atenção para essas fontes.

⁴³ Ibid.

⁴⁴ Ibid.

⁴⁵ GOMES, F.; MARIN, R. E. Reconfigurações coloniais: tráfico de indígenas, fugitivos e fronteiras no Grão-Pará e Guiana Francesa (séculos XVII e XVIII). *Revista de História*, n. 149, p. 69-107, dez. 2003.

ser fornecida por seus donos), o que levou à celebração de acordos de devolução recíproca dos fugitivos. Na verdade, Gomes e Marin afirmam que a fuga para os lados do Grão-Pará representava a liberdade, pois os acordos de devolução recíproca de escravos fugidos não eram respeitados. Como resultado, os escravos fugidos da Guiana Francesa, com frequência, acabavam trabalhando para portugueses que os quisessem empregar⁴⁶.

Naturalmente, as fugas dos escravos de senhores portugueses também eram frequentes. O controle da fronteira era de tamanha fragilidade que escravos desertores conseguiam ir e vir do mocambo para Macapá e levavam com eles mais “outros Escravos” para os mocambos⁴⁷. Registra-se em cartas essa mobilidade, mas o temor de “que aquellos Pretos tivessem algum auxilio dos Francezes”⁴⁸ fez com que as autoridades coloniais fossem cautelosas ao intentar algum tipo de combate ao mocambo. E de fato, amocambados viviam de roças e algumas vezes “vendiam aos fransezes porque comelles tinham commersio e queeles mesmos lhetinham dado hum Padre da Companhia Mas que hese ja tinha morrido e quelhe tinham mandado outro [...]”⁴⁹. Outro vestígio desse contato entre fugitivos e franceses é com relação ao trabalho, pois havia negros fugidos que “[...] tinham aCabado defazer tijolo para os francezes fazerem huma fortaleza”⁵⁰ e que “[...] que parahirem trabalhar aterra dos fransezes atravessavam hum Rio de Agoa Salgada para Lahirem equehiam pela manhã evinham anoute”⁵¹.

Portanto, essa fronteira das Guianas no século XVIII é de constante instabilidade, fragilidade e de grande mobilidade. Sujeitos históricos – tanto os marginalizados quanto os agentes da coroa – transitavam e fixavam-se nela. Entre idas e vindas o que se vê no processo de formação das fronteiras são as disputas entre agentes coloniais e as escolhas e estratégias de todos esses sujeitos.

Dreyfus demonstra que: 1) os diferentes povos indígenas lidaram com essas demandas de forma ativa e consciente, às vezes conseguindo impor suas próprias condições e alianças, outras vezes sendo derrotados e expulsos; 2) o comércio europeu e a dramática queda demográfica das populações indígenas modificaram profundamente a natureza e a extensão espacial dessas redes ao longo dos séculos XVII e XVIII, restando no século XIX apenas vestígios dos sistemas nativos de alianças matrimoniais e de circulação de bens. Povos

⁴⁶ Ibid., p. 85.

⁴⁷ Carta de Francisco de Souza Coutinho, 1792, transcrita em GOMES; QUEIROZ; COELHO, op.cit., p. 90.

⁴⁸ Ibid.

⁴⁹ Auto de perguntas ao preto Miguel, 1791, transcrita em GOMES, F. S.; QUEIROZ, J. M.; COELHO, M. C. *Relatos de fronteiras: fontes para a História da Amazônia séculos XVIII e XIX*. Belém: Editora da UFPA, 1999, p. 179.

⁵⁰ Ibid.

⁵¹ Ibid.

nativos e europeus ora aliaram-se, ora lutaram entre si nesse espaço, até que a definição e a estabilização das fronteiras nos séculos XVIII-XX reduziram enormemente as margens de manobra dos povos indígenas da região, o que acontece paralelamente à dizimação das populações locais pelas epidemias e escravização induzidas pelos europeus⁵². De um espaço de intensas trocas internas, o espaço das Guianas é reorganizado e sofre cada vez mais pressões centrífugas, em direção aos centros ligados ao comércio e ao poder político das potências coloniais (Belém, Georgetown, Caiena, Paramaribo), criando-se uma “Terra de Ninguém” no centro, espaço de autonomia dos mocambos, dos Maroons, dos povos indígenas independentes, dos fugitivos, dos desertores. Naturalmente, as trocas nunca cessaram de todo. Poderíamos dizer melhor: essas redes se modificaram, perderam alguns nós e ganharam outros⁵³:

Apesar de não cobrirem distâncias tão grandes quanto nos séculos passados, os iecuanas de hoje ainda fazem viagens de comércio bastante longas, como a descida de todo o rio Auaris e Uraricoera até Boa Vista e posterior retorno, levando de 25 a 30 dias para descer e o dobro do tempo para subir, percorrendo em quase toda a sua largura o norte do Estado de Roraima. Ou então a viagem de Santa Maria do Erebató, que fica no alto curso do rio deste nome, um tributário da margem esquerda do rio Caura, até Uriman, localidade pemon no alto Caroni, usando os cursos desses rios, que correm para o norte, de seus afluentes e sub-afluentes, arrastando canoas por sobre os divisores de águas, num percurso oeste-leste, que exige dois meses para ida-e-volta. Meios modernos de transporte, a presença de missionários que comerciam com os índios, a presença de outras sociedades como intermediárias nas transações com os civilizados, a obsolescência de certos itens por influência do contato interétnico, têm modificado a rede comercial, encurtando as viagens, mas aumentando a sua frequência. Os iecuanas mais ocidentais oferecem zarabatanas aos piaroas a troco de curare, uma transação que está perdendo a importância, devido à competição que essa arma sofre com as de fogo. Mas os piaroas também se interessam por canoas e remos dos iecuanas. Entretanto, pelo menos uma parte dos piaroas faz zarabatanas, adquirindo dos iecuanas apenas a matéria-prima, os caniços⁵⁴.

Depois de séculos de transformações radicais, encontramos novos traços comuns às Guianas – pelo menos na porção ocidental (sudeste da Venezuela, Roraima e República Cooperativista da Guiana): sua posição econômica, política e socialmente periférica, a população pequena e altamente concentrada (no baixo Orenoco, ou seja, Ciudad Guayana e Ciudad Bolívar; na capital roraimense, Boa Vista; ou no litoral da Guiana, Suriname e Guiana Francesa) e os deslocamentos das populações indígenas em função da nova territorialidade imposta pelos poderes coloniais e depois pelos Estados Nacionais. Frequentemente,

⁵² DREYFUS, op. cit.

⁵³ MELATTI, op. cit.

⁵⁴ Ibid., p. 3.

As razões de localização das aldeias, uma vez que os indígenas entram na economia de mercado [...] alteram-se. Não serão mais a oferta de produtos em regime de coleta, o equilíbrio de força com outros grupos indígenas e os significados culturais e religiosos que determinarão as localizações das aldeias, mas sim a possibilidade de algum ganho (trabalho informal[...]) e o acesso a bens e serviços [...]⁵⁵.

No momento inicial da formação dos impérios coloniais europeus na América, a costa da Guiana, terra de muitos rios, com planícies dominadas por mangues e áreas alagáveis, com correntes marítimas desfavoráveis para as rotas espanholas, pareceu menos atrativa para o estabelecimento da economia agroexportadora. Aventureiros e empreendedores ingleses, holandeses e franceses aproveitaram para garantir um quinhão continental na América do Sul, no que seria a partir do século XVII uma próspera plataforma para a *plantation* escravista tropical. A Espanha preferiu priorizar a consolidação de seu controle sobre o litoral venezuelano, da ilha de Margarita ao Panamá, sobre a região andina e platina; e Portugal – depois de tentativas frustradas de estabelecer a capitania do Maranhão na década de 1530, concentrou-se a partir do início do século XVII na luta com holandeses, ingleses e franceses pelo domínio do Vale do Amazonas e seus tributários – que, por sua vez, seria estratégico para o controle das minas do Mato Grosso e de Goiás, no século XVIII. Com essas preocupações, Portugal e Espanha procuraram resolver suas pendências com o Tratado de Madri (1750) e, posteriormente, Santo Idelfonso (1777) e seus desdobramentos. Quanto às disputas com Holanda e França, o Tratado de Utrecht (1713) foi o principal marco. Mas as Guerras Napoleônicas viriam a dismantelar de forma cabal esses arranjos.

Na terminologia do Congresso de Viena e nos acordos subsequentes, vemos o uso corrente da expressão Guiana Portuguesa:

No Congresso de Viena, diante de toda a Europa, a França, aceitando a restituição da Guiana Francesa ‘até o rio Oiapoque, cuja foz está situada entre o 4º e o 5º N’, se comprometeu a resolver amigavelmente com Portugal a questão de fronteiras na Guiana, “em conformidade com o sentido preciso do artigo 8o do Tratado de Utrecht’.

Na Convenção de Paris, de 28 de agosto de 1817, esse compromisso foi lembrado duas vezes:

‘Artigo 2o. Proceder-se-á imediatamente em ambas as partes à nomeação e ao envio dos comissários para *fixar definitivamente os limites das Guianas Francesa e Portuguesa*, em conformidade com o sentido exato do artigo 8o do Tratado de Utrecht, e com as estipulações da ata final do Congresso de Viena [...]’⁵⁶.

⁵⁵ BARROS, op. cit., p. 245.

⁵⁶ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. op. cit., p. 24, grifo nosso.

O Congresso de Viena contemporâneo das guerras de Independência na América Latina, encerrou um ciclo de conflito global entre França e Inglaterra e ratificou a nova correlação de forças entre as potências coloniais na ilha das Guianas, mas não encerrou os litígios territoriais⁵⁷. Além de impor a devolução de Caiena à França (e intervir na questão de fronteiras com a América Portuguesa), sancionou uma mudança indelével na região: a transferência das antigas colônias holandesas de Demerara, Essequibo e Berbice, para a soberania britânica. De um alcance possivelmente ainda maior, porém menos perceptível imediatamente, foi o comprometimento da Inglaterra com medidas abolicionistas no mundo atlântico⁵⁸. A instâncias dessa potência, vários países assinaram compromissos para a abolição do tráfico, tendo Portugal concordado em proibir, de imediato, o tráfico de escravos ao norte do Equador. Isso teria impacto, naturalmente, nas economias escravistas do litoral das Guianas.

Os históricos litígios que opuseram as potências coloniais europeias e, posteriormente, os Estados Nacionais na região até o século XX aconteceram nas áreas mais remotas ou fora do controle colonial ou nacional, como o centro montanhoso da Ilha das Guianas, a depressão do Tacutu, as terras baixas e alagadiças do norte do Amapá ou a cordilheira de Pacaraima.

A região das Guianas persiste em sua singularidade na América do Sul: mais voltada para o Caribe que para o continente, fragmentada politicamente em cinco estados nacionais e demograficamente concentrada no litoral.

Possivelmente, uma das chaves para compreender a geopolítica da região esteja justamente na etimologia do nome, de origem Arawak: Guiana, “terra de muitas águas”. Ao contrário das imensas bacias hidrográficas como as do Paraná-Paraguai, Amazonas ou Orinoco, o litoral atlântico da Ilha das Guianas recebe o tributo de várias pequenas bacias independentes, como as do Araguari, do Caciporé, do Oiapoque, do Maroni, do Suriname, do Courantyne, do Berbice, do Demerara, do Essequibo, do Pomeroon, do Barima etc. Para os invasores europeus, que vinham do oceano, o controle territorial implicaria a exploração e o estabelecimento de alguma presença colonial em cada uma dessas bacias hidrográficas. Enquanto isso, o controle unicamente da foz do Amazonas, a partir das duas ou três primeiras

⁵⁷ “[...] the Congress of Vienna did not bring stability to the Guianas. The borders of the Guianas remain a source of controversy until today. Venezuela claims a substantial of the Democratic Cooperative Republic of Guyana; Suriname claims the territory from the Democratic Cooperative Republic of Guyana, resulting from a dispute about the source of the Corantijn or Courantyne River, which divides the two countries. Suriname is also disputing with France over the Lawa border. The only country with no outstanding issues is the Republic of Brazil, which finally settled its dispute with France in 1961”, ver CRUZ O. S.; HULSMAN, L. *A brief history of the Guianas: from Tordesillas to Vienna*. Boa Vista: Editora da Universidade Federal de Roraima, 2014. p. 155.

⁵⁸ *Ibid.*, p. 142.

décadas do século XVII, garantiu a Portugal o controle de uma vasta porção da Terra (a maior parte da bacia amazônica, assim como alguns importantes acessos fluviais ao centro do continente, ou seja, às minas do Mato Grosso e Goiás).

Outra chave é a natureza da composição étnico-política da região: em lugar de um grupo linguístico cobrindo uma grande extensão, como o Tupinambá no litoral leste do continente, ou uma formação política hierarquizada e centralizada como a das regiões andinas, nas Guianas os europeus se depararam com uma enorme variedade étnica e linguística, que diferenciava um número incontável de coletividades descentralizadas politicamente. Como se sabe, os europeus conquistaram rapidamente as imensas regiões dos antigos impérios pré-colombianos, mas foi para eles difícil ou impossível dominar as regiões onde as formações políticas eram mais fluidas e descentralizadas, como ao norte do México, no sul do Chile ou no interior das Guianas.

Desta forma, temos um vasto campo de investigação etnohistórica em uma região rica e diversa, historicamente periférica e ainda relativamente pouco investigada.